

A unidade entre os homens

Notas da fala de Davide Prospero sobre o manifesto “A esperança da paz” na Diaconia Regional da Lombardia, 7 de outubro de 2025

Participante. Queria contar um episódio e fazer uma pergunta, partindo do panfleto “A esperança da paz”. Na nossa comunidade, quando lemos o convite do Papa para rezar diariamente o Terço em outubro, decidimos tentar acolhê-lo. Organizamo-nos de modo que cada um ficasse responsável por um dia, para que todas as noites a reza do Terço estivesse garantida, para quem quisesse. Na primeira noite, o meu filho de seis anos esteve comigo para rezar. Na noite seguinte, ele me perguntou se podia fazê-lo de novo, mas eu queria que eles fossem todos para a cama e por isso lhe disse que não. No entanto, um pouco depois de ter se deitado, ouvi-o chorar; fui lhe perguntar o que havia e ele me explicou que estava com pensamentos ruins, com medo de que a guerra chegasse aqui. Nesse momento, disse-lhe que, se quisesse, podia vir rezar conosco, até porque, nesse meio tempo, tinha chegado a hora do Terço. Quando nos conectamos, ele reconheceu entre os presentes alguns amigos, entre os quais também o avô, e se acalmou imediatamente. Depois, no fim do Terço, foi para a cama muito tranquilo, nem precisei

acompanhá-lo, ainda que estivesse escuro.

Que coisa fantástica é alguém ir para a cama pensando que está sozinho com seu drama e seus medos no escuro, e depois descobrir – sem sequer pedir – que há amigos desconhecidos que já estão rezando juntos exatamente pelo que ele desejava. Impressionou-me o fato de isso servir para meu filho, mas também para mim, porque eu não sabia o que dizer diante do seu drama, mas em vez de dizer palavras minhas, pude aproveitar a companhia que Jesus estava fazendo naquele momento, através dos rostos, mais conhecidos ou menos, da comunidade, a ele e a mim.

Outro tema sobre o qual debatemos muito, ainda na nossa comunidade, foi o da participação em greves ou manifestações. Vários amigos fizeram greve pela primeira vez na vida, enquanto outros não consideravam isso uma forma adequada; outros, por sua vez, participaram de outras manifestações. Gostaria de fazer esta pergunta, uma vez que surgiu precisamente no diálogo entre nós: por que razão se optou por falar de forma tão “negativa” (pelo menos, foi o que me pareceu ao ler) sobre

estes momentos (refiro-me, por exemplo, à greve ou à participação, obviamente não violenta, em manifestações), sublinhando a sua deriva extremista, que todos sabemos que diz respeito apenas a uma minoria? Estamos bem conscientes da parcialidade desses gestos, mas, por outro lado, o seu objetivo político – expressar o desejo dos participantes de pedir ao Governo uma atitude diferente – por que é que não pode ser, por sua vez, estimado, pelo menos como impulso?

Impressionou-me que o próprio Pizzaballa diga, na entrevista concedida ao jornal *Eco di Bergamo*: “Não basta o cessar-fogo, é preciso querer que a justiça seja feita, que a dignidade seja respeitada em toda parte e que os direitos sejam reconhecidos. Certamente” – continua Pizzaballa – “as manifestações não resolvem as questões em jogo, mas continuam a ser um espinho cravado, e isso é bom, porque deve lembrar a todos que o que está acontecendo não é humanamente aceitável”. Também o texto do Papa, citado no panfleto, diz “além de nos indignarmos, de levantarmos a voz” [não “em vez de levantarmos a voz”], rezemos.

Como tenho estima por muitas pes-

soas que optaram por participar dessas modalidades, perguntei-me que alternativas eu poderia propor, pensando mais nos meus colegas, adultos não católicos, não cristãos, contemporâneos, do que nos jovens (porque na escola é um pouco mais fácil, talvez). Muitos não encontraram uma proposta diferente da greve ou da manifestação para expressar seu desacordo e seu desejo de justiça. Eu também me dou conta de que organizei ou participei de propostas mais construtivas do que as acima mencionadas, por exemplo, angariações de fundos ou encontros, mas os momentos de oração não são objetivamente para todos, porque não posso propor ao meu colega comunista que reze o Terço pela paz; posso lhe dizer que eu o faço, mas não o convido; seja como for, não o convidei. As iniciativas que permitem dar e angariar fundos são bem recebidas, mas as pessoas desejam mais do que isso, não é verdade? Desejam ir além da boa intenção ou do gesto bonito e, além disso, percebo que mesmo essas iniciativas, ainda que louváveis, são parciais, não respondem totalmente a esse desejo.

Para mim, a possibilidade da oração, em que tudo é confiado e todos os meus limites são reconhecidos, também me dá a liberdade de participar de formas parciais de expressão pública, ou, pelo menos, de não julgar negativamente quem o faz. Percebo que, antes de tudo, nos é pedido que mudemos; não ao Governo ou a outros, mas a mim mesma, que

ainda tenho de aprender tudo sobre o que é realmente a paz, a começar pela minha casa. Obrigada.

Davide Proserpi. Obrigado. A sua fala é ponderada e seguramente bem articulada. Em relação à questão fundamental que você levantou, é curioso que hoje se volte a propor um tema que sempre esteve presente na nossa história, e não só: de fato, manifestar-se faz parte da democracia, é uma das formas possíveis de afirmar publicamente um valor. Percebo que ressurgiu um tema que nos acompanhou por muito tempo, porque durante muitos anos emitimos um determinado juízo sobre o instrumento “manifestação”, quando as manifestações eram promovidas e organizadas pelos católicos para defender uma determinada concepção do homem, uma determinada iniciativa: todos nos lembramos, por exemplo, da nossa abstenção em relação a iniciativas como o *Family Day*, à luz das razões que partilhamos aqui juntos. Hoje, paradoxalmente, sentimos-nos mais levados a aderir a iniciativas que não nascem de uma raiz católica. Nascem, obviamente, da necessidade de fazer alguma coisa, de contribuir de alguma forma, de fazer ouvir a nossa voz, como foi dito e como também os cardeais Pizzaballa e Parolin recordaram hoje, dizendo justamente que este aspecto certamente deve ser valorizado. Mas como é que as duas coisas convivem? Como responsáveis (você também está aqui por essa razão),

somos chamados a fazer um juízo sobre essas iniciativas que representam uma contribuição educativa para todo o Movimento, e esse juízo não pode depender simplesmente do fato de uma iniciativa ser vencedora e outra perdedora. Por isso, não basta dizer: “Muito bem, os meus amigos foram, são boas pessoas, foram com boa intenção, de boa-fé, fizeram uma iniciativa pacífica, nada de mal”. Ouvi dizer que alguém tachou negativamente quem participou, mas eu considero que isso é errado. No entanto, penso que é importante, pelo menos entre nós, que tentemos aprofundar um pouco mais o nosso juízo sobre estas coisas. Qualquer gesto de presença pública que surja tem um valor que é proporcional não só ao consenso que reúne, ao número de pessoas que participam, mas, acima de tudo, ao objetivo que pretende alcançar. E qual é o objetivo dessas manifestações? Principalmente, denunciar as graves violências contra os habitantes de Gaza. Para muitos, foi também afirmar a urgência da paz.

Mas agora precisamos entender se a iniciativa demonstrou a sua adequação em relação ao objetivo. Creio que é muito verdadeiro aquilo que os cardeais referidos disseram, como um olhar para a humanidade dos que participaram, excluindo os agitadores. Existe, claramente, um aspecto que não podemos deixar de levar em consideração: é verdade, há uma demanda por justiça e paz, mas essa demanda exige uma educação

à altura da demanda. Em vez disso, este ímpeto é canalizado para uma iniciativa que, infelizmente, é muitas vezes dominada pela contradição entre o objetivo declarado e a forma do gesto. Nós, no entanto, aprendemos sempre que o método e o objetivo andam de mãos dadas! Portanto, o problema não é apenas a violência e a devastação: coloca-se uma questão muito mais importante. Entendi isso neste fim de semana: estive em Madri para uma reunião com os responsáveis da Espanha e, no sábado à tarde, fui ao museu Reina Sofia para ver o *Guernica*, de Picasso. Nunca o tinha visto antes, só em reproduções: é uma obra de enormes dimensões e é realmente impressionante. Depois da visita, ficamos parados, a caminho do jantar, no meio do cortejo da manifestação que estavam fazendo em Madri. Uma multidão, talvez um milhão de pessoas; não acabava nunca, tivemos de abandonar a rua e voltar para trás. Com certeza, a maioria das pessoas estava ali de boa-fé, mas – lamento dizer – vi cenas que não gostaria de ter visto: havia pessoas escalando os ônibus parados, escrevendo com sprays “morte a Israel”, “os judeus têm que morrer”, etc. E eu pensava, tendo acabado de ver o quadro: para mim, um gesto como este está bem representado pelo *Guernica*, de Picasso (realizado após o bombardeamento da cidade basca em 1937, na época da guerra civil espanhola, e dedicado às

vítimas). Esse quadro é precisamente a representação trágica do horror da guerra, diante da qual a palavra do homem é: “Não há esperança”. Na minha opinião, o verdadeiro problema, o verdadeiro drama da maioria dessas manifestações é que – para além da denúncia do mal – não há nenhuma proposta de bem. Não há a afirmação de um ponto de luz, de esperança para onde olhar. Houve algum caso? Muito bem, esses devem ser indicados.

Coloco, então, uma segunda questão: será que estamos realmente convencidos de que a oração não é uma coisa concreta? Você disse: “Não posso propor um gesto de oração a quem não acredita”; por que não? Por que não lhes posso propor um gesto de oração? É claro que, na forma de propor, devo levar em conta quem está na minha frente. Por que não posso propor o que mais me determina na maneira de ver o que está acontecendo? Há mais um aspecto relacionado com isto: será mesmo verdade que, do ponto de vista de uma iniciativa, não podemos fazer nada? Por exemplo, houve muitos momentos públicos de juízo em que pessoas que conhecem bem a situação, que estiveram lá, que vivem lá, contaram e testemunharam uma visão original sobre a situação. Por que não podemos promover iniciativas desse tipo nos ambientes em que estamos? Esta é também uma forma de nos manifestarmos,

de fazermos ouvir a nossa voz, mas diferente, e não só porque é pacífica (ainda que eu não tenha a certeza de que seria totalmente pacífica: poderia acontecer que os mesmos que vão vandalizar a estátua de Karol Wojtyła viessem bater em nós). Em todo caso, o problema é o objetivo e o que se pretende afirmar através da forma como esse objetivo é perseguido.

Esta é a verdadeira razão por que escrevemos aquele juízo no panfleto: se for reler à luz do que acabei de dizer, você vai ver que não há nenhuma condenação nem juízo negativo sobre quem participou de boa-fé. O verdadeiro desafio é ajudarmos a olhar para os acontecimentos em Gaza e Israel com o mesmo olhar com que olhamos para todas as coisas. Eu sou absolutamente a favor das manifestações públicas, mas acho que devemos nos ajudar uns aos outros a não perder a nossa originalidade, como sempre fizemos. Acrescento que o panfleto propõe como gesto não só a oração, mas também o testemunho da unidade. De um certo ponto de vista, esta segunda coisa é mais difícil do que a primeira, porque começa logo em nossa casa.

Se nos lembrarmos dos trezentos ou quatrocentos cristãos que permaneceram em Gaza, temos imediatamente um sentimento, um impulso de afeto, e nos sentimos ligados, unidos a eles, nos sentimos sofrendo

com eles, porque o que domina em nós como juízo é a origem comum, o pertencer à experiência cristã: são irmãos que sofrem, e isso nos faz sofrer também. Sentimos dor por isso, mas não sabemos nada do que pensam, de que juízo dão, por exemplo, sobre o rearmamento ou sobre o fim da vida; não sabemos nada, mas o que domina em nós é a consciência do pertencer comum.

Paradoxalmente, às vezes, precisamente com quem nos é mais próximo, ocorre uma inversão, de modo que o que domina já não é o pertencer comum, não é aquela origem reconhecida como fonte do juízo sobre mim, sobre a realidade e, portanto, também sobre você; pelo contrário, o que domina é o que você pensa, como se comporta, que opinião tem sobre isto ou aquilo. Por isso, o testemunho da unidade deve começar, começa no lugar onde eu vivo, onde eu estou, porque essa unidade é precisamente o testemunho de algo que eu não sou capaz de fazer, no reconhecimento de que ela é gerada por Outro. Eu pertenço a essa unidade, assim como sinto que pertenço aos quatrocentos de Gaza, assim como sinto uma profunda injustiça quando os colonos invadem as terras dos palestinos, devastam seus campos ou causam danos a suas casas e a suas famílias. Da mesma maneira, sinto como sendo uma injustiça quando quem realiza esses gestos são – com

os papéis invertidos – os palestinos islâmicos. Os cristãos raramente fazem isso aos outros, porque há uma diferença na origem do nosso ser, pelo que, claro, podemos cometer as mesmas atrocidades que todos, mas sabemos que, ao agirmos assim, estamos errando. Ou seja, reconhecemos que o bem que diz respeito à minha vida, que diz respeito ao meu povo, diz respeito também à vida de todos os homens, de todos os povos; reconhecemos que não haverá cumprimento da história se o meu povo dominar os outros. O cumprimento da história acontecerá quando todos os homens estiverem unidos em Cristo: Ele pode entrar no coração de cada homem através do nosso testemunho, não através da violência; não através da devastação, mas através do martírio, ou seja, o testemunho como sacrifício de si mesmo pela afirmação da verdade de Cristo. Era assim que Dom Giussani falava sobre isso: “Quando Cristo for tudo em todos – este é o ideal da história: o ideal da história é que Cristo seja tudo em todos, que todos O reconheçam, que todos os homens sejam uma só coisa –, quanto mais isso se difundir, mais a sociedade viverá a paz” (*Una presenza che cambia*, Milão: Bur, 2004, pp. 193-194).

O martírio começa aqui, começa hoje entre mim e você: este é o primeiro “fazer”, juntamente com a oração, que nós podemos testemu-

nhar a todos em cada momento, em cada instante, em cada ação do nosso dia. E é um sacrifício, porque toda vez percebemos que uma coisa é dizê-lo, outra é vivê-lo. Nisto temos de nos ajudar, porque seremos pouco críveis para o mundo se não formos capazes de estar unidos nem mesmo entre nós. Nós falamos de paz, mas com a consciência de que a paz é a realização da unidade entre os homens! Além disso, é precisamente isto o que, no fundo, define o nosso sentimento original quando encontramos alguém, tanto é verdade que em todas as culturas, em todas as tradições, em todas as línguas, uma das formas de nos cumprimentarmos desejando o bem é “a paz esteja contigo”, porque a paz é precisamente a condição para a experiência do bem na vida. Não foram estas, por acaso, as primeiras palavras com que o Papa Leão XIV se dirigiu à Igreja e ao mundo no dia da sua eleição, fazendo sua saudação do Cristo ressuscitado aos apóstolos? “A paz esteja com todos vós! Caríssimos irmãos e irmãs, esta é a primeira saudação do Cristo ressuscitado, o Bom Pastor, que deu a vida pelo rebanho de Deus. Também eu gostaria que esta saudação de paz entrasse no vosso coração, chegasse às vossas famílias, a todas as pessoas, onde quer que se encontrem, a todos os povos, a toda a terra. A paz esteja convosco!” (Bênção apostólica “*Urbi et Orbi*”, 8 de maio de 2025). ■

De onde nasce um juízo original

Parto de uma experiência que tenho vivido nos últimos meses no trabalho. Entre os colegas há uma grande agitação em torno da questão israelo-palestina, em particular em relação a Gaza. A maioria está abertamente posicionada (pró-Palestina). Surgiram diálogos muito interessantes com eles, até mesmo provocantes, nos quais, porém, percebi várias vezes que não tinha uma posição original. Fazia análises, até razoáveis, mas permanecendo numa dialética que corria o risco de tornar ideológico também a mim (por exemplo, surgiu uma pequena e pouco útil “batalha” sobre o uso do termo “genocídio”). Eu via que as análises, embora corretas, eram insuficientes para estar diante deles. Aliás, eram insuficientes sobretudo para mim, para as perguntas que a situação dramática de Gaza suscitava e ainda suscita. Mesmo a partir do trabalho feito sobre a fala de Prospero na AIC (“Cultura: ser para Cristo”), eu me via desejando ter uma posição original, que desafiasse não no sentido ideológico (ou seja, para estabelecer quem tem razão ou “mais razão” entre as partes em jogo). Mas sozinho, não conseguia.

Dali surgiram diálogos com alguns amigos do Movimento, abordando o tema do que significava ter uma posição original com os colegas sobre a guerra e sobre Gaza; houve a convivência da Diaconia Regional e a intervenção dos jovens do CLU sobre a paz; as férias da nossa comunidade, para as quais convidamos Giacomo Gentile, da Pro Terra Sancta, para dar um testemunho; as intervenções de Pizzaballa em várias formas e modalidades; a exposição dos Colegiais sobre a paz no Meeting; e, por fim, o panfleto do Movimento. Esses fatos e esses encontros me permitiram verificar que, pertencendo ao Movimento, eu me torno mais eu mesmo, porque sou continuamente desafiado a descobrir aquilo que as circunstâncias (como, por exemplo, as guerras em curso) me dizem, o que é que elas têm a ver com o significado da minha vida. E se o significado da minha vida é Cristo, dialogando, ouvindo ou lendo certas colocações, estando nesta comunhão em que Ele vem ao meu encontro, compreendi que uma posição original nasce da identificação com o olhar que Cristo tem para o homem. Mas não em abstrato, pelo contrário, significa

identificar-me com o olhar que Ele tem, antes de mais nada, sobre mim. Uma colega, uma das mais ativas na frente pró-Palestina, me contou que, nas férias, ficou alojada no mesmo lugar onde estavam hospedados jovens israelenses. Quando os encontrava, ficava escandalizada por eles poderem “tirar férias” (talvez fossem até soldados). Isso deu origem a um diálogo em que a provoquei sobre o risco de pensar que o mal está sempre de um lado e que quem está na sua frente é mau, sem sequer o conhecer. Em vez disso, disse-lhe que apercebo cada vez mais a necessidade que tenho de ser salvo e a graça que tenho por ter sido e continuar sendo salvo. Porque mesmo que ela estivesse certa e aqueles rapazes fossem soldados ou colonos israelenses extremistas, a maior diferença entre mim e eles não é o mal de que são capazes (e do qual eu também sou capaz), mas um encontro que tive e que me arrancou desse mal.

Caso contrário, tornamo-nos também moralistas e violentos, pretendendo julgar os outros com base, na realidade, em preconceitos, pondo-os numa categoria de inimigos (acho que quem acompanhou as greves e ouviu muitos dos slogans gritados pode perceber como este risco é concreto). E chegamos até a justificar um certo grau de violência, se não o terrorismo, porque cometidos “por uma causa justa”: também surgiu esse juízo de um colega.

Por isso, pertencendo ao Movimento, eu sou mais eu mesmo, porque sem pertencer ao Movimento o olhar que descrevi por mim (e, portanto, pelo outro) não seria possível. Porque antes de “eu possuí-lo”, é esse olhar de Cristo que me possui para me salvar através do pertencer a esta companhia. E isso não fecha, não serve de tampão. Não é que agora eu tenha o juízo “certo” com o qual me defender do mundo, das feridas que ele pode causar. Pelo contrário, posso olhar para tudo (e jogar-me na relação com todos) com desejo, com interesse, sem medo de me ferir, talvez até apresentando o juízo do Movimento, porque em cada circunstância há um passo em direção ao meu destino.

Thomas Teatini

(contribuição na Diaconia Regional da Lombardia)

A importância de um lugar real

Há alguns dias, no grupo de Fraternidade, falamos dos acontecimentos em Gaza e das manifestações. As discussões foram intensas, mas no fim eu não estava totalmente satisfeito. Por isso, no final do encontro, tentei resumir aos meus amigos o que eu estava sentindo. Dizendo que, no fundo, reconheço nas manifestações uma exigência de justiça real: conheço pessoas que participaram delas e percebo a sua sinceridade. Ao mesmo tempo, concordo com a opinião de que participar delas nos expõe a instrumentalizações e dá espaço a formas de reação violenta. No entanto, vejo em mim o risco de “liquidar” esta posição e concluir que, sendo errado manifestar-se, podemos simplesmente seguir em frente com as nossas vidas. É também mais “cômodo” pensar que o que nos é pedido é continuar a fazer o que fazemos todos os dias.

A questão é: o que é que fazemos todos os dias? O juízo do Movimento sobre os acontecimentos em Gaza, tal como eu o entendi, pede-nos que construamos a paz a partir de onde estamos, mantendo aberta a questão do sentido e, ao mesmo tempo, rezando, reconhecendo que a resposta passa pelo encontro com Cristo.

Eu sinto que preciso de ajuda para viver estas duas dimensões – a dedicação ao trabalho e a consciência de que tudo nasce desse encontro –, especialmente na relação com as pessoas ao meu redor. Sou professor na Universidade Católica e, na segunda-feira seguinte, começavam as aulas. Eu continuava pensando em como deveria iniciar o curso de direito bancário. O que dizer aos alunos? Entre eles, haveria quem tivesse ido às manifestações e quem não estivesse interessado. Não me parecia útil iniciar um debate sobre Gaza, mas também não queria começar como se nada estivesse acontecendo. A Universidade tinha feito circular um convite para rezarmos juntos o Terço, seguindo a indicação do Papa. Mas eu não tinha certeza se era isso o que eu podia propor. Escrevi aos amigos do grupo para esclarecer melhor o que tinha em mente e pedir uma ajuda. Alguns me disseram que é preciso ter a coragem de propor publicamente o juízo do Movimento, não apenas vivê-lo em privado. Se realmente pensamos que a resposta mais verdadeira à necessidade de paz e justiça é dada pela oração e por levar a sério estas exigências em tudo o que fazemos, então temos de dizê-lo a todos.

Assim, na segunda-feira, comecei a aula dizendo aos alunos que não queria passar por cima de tudo o que vinha acontecendo: eu também tenho as mesmas exigências de justiça e de paz, e a resposta mais adequada para mim é tentar vivê-las no que faço, convidando também a eles a fazer o mesmo. Acrescentei que a resposta mais razoável era aderir à proposta da Universidade de rezarmos juntos o Terço, que seria na capela às 14h. Depois, apresentei o curso. No final, um aluno levantou a mão: “Professor, eu me pergunto por que faço as coisas que faço. Por que foi que o senhor falou de Gaza? Por que foi que quis começar assim um curso técnico como o de direito bancário?” Eu lhe disse que não tinha uma resposta, mas que, para mim, o Terço é o reconhecimento de que, sozinho, não consigo responder a essas exigências de justiça e de paz. É uma forma de entregá-las a quem pode responder, Cristo. Relembrei que o direito bancário tem mais a ver do que parece com a exigência de justiça que nos constitui, que Bento XVI, na Caritas in veritate, dedica várias passagens ao papel dos bancos e das finanças na sociedade, e que a possibilidade de viver a justiça também existe num curso técnico. Voltei a convidá-los para virem ao Terço e acrescentei que, enquanto pensava em como iniciar o curso, tinha relido a carta do Cardeal Pizzaballa e que ia subi-la junto com os outros materiais. Depois fui ao Terço, onde nenhum dos meus alunos compareceu. Trago comigo duas coisas. A primeira é que a possibilidade de dizer o que disse na sala de aula nasceu do pertencer a um povo, da relação com os amigos da Fraternidade, que me ajudou a julgar e a decidir. A segunda é que senti que podia dar um juízo sobre Gaza aos meus alunos porque havia um lugar para onde eu podia convidá-los para experimentarem esse juízo: a capela da Universidade. Uma proposta genérica não teria sido suficiente. Sinto que é necessário ter um lugar para onde convidar as pessoas a viver o juízo que propomos, onde poder levar alunos, amigos, pessoas próximas. Mesmo que depois ninguém venha, é importante que haja um lugar real, porque só assim a fé se torna uma experiência partilhada.

Claudio Frigeni

(contribuição na Diaconia Regional da Lombardia)